

Batalha judicial

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

Fotos: Marcelo Ferreira/CB



ALDA FRANCO ESPERAVA A SUA VEZ NO FINAL DA FILA: APROVADA NO ÚLTIMO CONCURSO PARA PROFESSORES EFETIVOS DA REDE PÚBLICA, ELA NUNCA FOI CONVOCADA

As inscrições para professores temporários terminaram ontem e a alta procura surpreendeu os organizadores do processo seletivo. De acordo com a Secretaria de Educação, 15.134 pessoas enfrentaram filas imensas durante a semana para se candidatar. A previsão era de 12 mil inscritos. Ainda não há expectativa de quantos professores serão chamados, mas a secretaria já avisou que parte dos temporários entrará em sala de aula no início do ano letivo – marcado para o dia 20 de fevereiro. Em 2005, o governo convocou 2,8 mil temporários – 10% do total de profissionais efetivos atuando nas escolas, que é de 28 mil professores.

Além das filas de até oito horas, muitos candidatos tiveram que enfrentar uma batalha judicial para se inscrever. A Portaria 390, que estabelece a seleção, proíbe a inscrição de professores que trabalharam como temporários durante mais de quatro anos consecutivos. Apenas docentes efetivos poderiam concorrer às vagas nessa situação.

Vários candidatos entraram com mandado de segurança no Tribunal de Justiça do DF, que concedeu cerca de 450 liminares favoráveis a concorrentes. Em uma das ações, a desembargadora Sandra de Santis argumentou que “a seleção deve procurar os candidatos mais gabaritados, independente de terem ou não prestado serviços temporários anteriormente”.

Na manhã de ontem, o escritório do advogado Francisco Roni, em frente à Escola Normal, ficou lotado de candidatos que tentavam se inscrever. Ele ganhou cerca de 200 liminares durante a semana. “Essa restrição aos concorrentes que já trabalharam quatro anos como temporários fere o princípio da isonomia e faz com que o governo não selecione os profissionais mais qualificados”, justifica o advogado.

O Sindicato dos Professores também obteve uma liminar para beneficiar os professores aposentados pela rede pública. Na visão da Secretaria de Educação, eles ficariam sujeitos à mesma restrição. Mas todos os que tentaram conseguiram se inscrever.

É o caso de Ieda Ribeiro Alencar, de 52 anos. Ela se aposentou em 1998 e, desde então, trabalha como professora temporária. Moradora do Gama, ela sempre lecionou perto de casa. “Cheguei aqui às 7h para conseguir entregar meus documentos. Como trabalho como professora temporária há oito anos, acho que tenho uma experiência boa e não devo ficar de fora da seleção.”

A Secretaria de Educação garante que vai recorrer das deci-

sões a favor de professores que trabalharam por mais de quatro anos como temporários. De acordo com a diretora de Recursos Humanos da secretaria, Maria Aparecida Rodrigues Gomes, o governo cumpre um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado com o Ministério Público do Trabalho em 2000, proibindo a contratação. “Nos comprometemos a cumprir essas exigências. Quem conseguiu uma liminar também foi cadastrado, mas o departamento jurídico da secretaria vai recorrer”, explica.

Longa espera

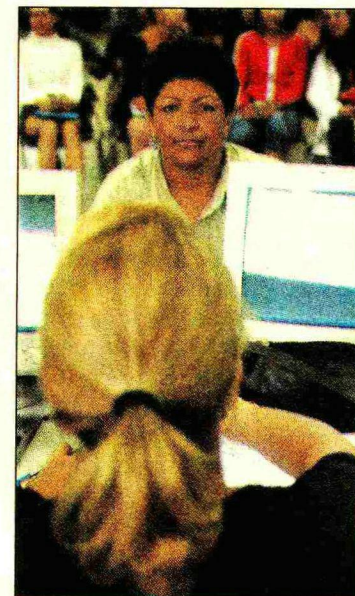
Ontem, a fila na Escola Normal de Brasília ainda estava grande. Dentro da instituição, centenas de candidatos contornavam as pilastras e salas de aula. Difícil

era encontrar o final da fila. Para passar o tempo, os professores recorreram a diferentes artifícios: livros, jornais, apostilas de concursos, crochê, rádio e, principalmente, muita conversa com os outros candidatos. Os organizadores conseguiram acomodar todos dentro da escola, para evitar contratempos em caso de chuva.

A professora Alda Franco, de 32 anos, foi aprovada no último concurso para professores efetivos da Secretaria de Educação, em 2004, mas nunca foi convocada. Estudante de letras, ela concluiu o magistério e hoje dá aulas em uma escola particular. Com walkman e um saco de pipocas, ela chegou à Escola Normal pouco depois do meio-dia preparada para a longa espera. “Quase de-

sisti por causa dessa fila. Mas hoje o número de pessoas diminuiu e decidi enfrentar. Enquanto não sou chamada, quero muito trabalhar como professora temporária da secretaria para conhecer o dia-a-dia”, justifica Alda.

O Ministério Público do Distrito Federal promete acompanhar de perto as contratações temporárias. “Defendemos o concurso público pela transparência do processo seletivo. Somos contra o uso indiscriminado do contrato temporário. Por isso vamos fiscalizar todos os contratos”, garante a promotora de Defesa da Educação Ana Luísa Rivera.



APOSENTADA, IEDA TRABALHA COMO TEMPORÁRIA: EXPERIÊNCIA

VAIVÉM ESCOLAR

Os professores temporários substituem os docentes afastados por licença médica, maternidade ou prêmio

Quase 15 mil professores se cadastraram no processo de seleção

O resultado parcial do processo seletivo será divulgado na semana que vem (ainda não há data)

O salário dos professores temporários varia entre R\$ 750 e R\$ 1,8 mil

O governo ainda não sabe quantos serão chamados em 2006

Em 2005, a Secretaria de Educação convocou 2,8 mil professores temporários

LEIA MAIS SOBRE
EDUCAÇÃO NA

PÁGINA 24